

Resenha de imprensa

Fique por dentro das notícias publicadas na imprensa sobre as comunicações



Ano 6. Edição 10, de 6 de Novembro de 2015

Proprietário: Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique

Editor: Gabinete de Comunicação e Imagem

Mais de quinhentos sites ligados à Rede Electrónica do Governo

O Governo moçambicano conectou à Rede Electrónica do Governo (GovNet), desde 2004, através do Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC), 567 sites dos 600 previstos até ao final deste ano.

Ao todo foram ligados 139 instituições públicas a nível central, 188 nas províncias e 122 nos distritos. Foram também abrangidos nove municípios e 13 serviços distritais nos 102 distritos conectados à rede.

Os números alcançados contribuíram para elevar a qualidade de prestação de serviços públicos, possibilitando desta forma, uma participação cada vez mais inclusiva do cidadão.

Esta informação foi divulgada ontem, em Pemba, capital provincial de Cabo Delgado, pela directora-geral do INTIC, Dulce Chilundo, que falava na abertura do III Conselho Consultivo daquela instituição.

O encontro reúne, entre outros participantes, quadros do INTIC, representantes dos Centros Provinciais de Recursos Digitais (CPRDs), e especialistas em tecnologias de informação e comunicação (TICs).

A reunião tem, entre outros objectivos, planificar e coordenar as actividades das unidades orgânicas centrais e locais do INTIC, bem como apoiar tecnicamente os órgãos e instituições do Estado no domínio das TICs, visando a melhoria da prestação de serviços públicos.

No que diz respeito ao nível de capacitação em TICs, Dulce Chilundo fez saber que no período de Janeiro a Setembro deste ano, o Governo formou 12.192 beneficiários, o que corresponde a 80.8 por cento da meta global prevista para 2015, em todo o país.

Dulce Chilundo destacou também o facto de as instituições públicas estarem a implementar iniciativas estruturantes de governação electrónica, tais como e-SISTAFE, BI e Passaporte Biométrico, e-NUIC, Janela Única Electrónica, Sistema de Providência Social, Quadro de Interoperabilidade do Governo Electrónico, Centro Nacional de Dados do Governo, entre outros.

Como expectativas para o Conselho Consultivo que amanhã termina, a directora do INTIC disse esperar que os participantes apresentem contribuições para melhorar a prestação da instituição que dirige, no que diz respeito as prioridades de desenvolvimento traçados pelo Governo, num momento em que se caminha para a convergência digital, sobre a qual se há desafios no âmbito da sua regulação, interoperabilidade (capacidade de um sistema de se comunicar de forma transparente) e segurança.

Falando na ocasião, o Secretário Permanente do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP), Celso Laice, enalteceu o esforço que o INTIC tem empreendido na formação e capacitação de

agentes e funcionários do Estado e no alargamento do GovNet, que constitui uma plataforma através da qual as instituições públicas que se encontram nela interligadas trocam dados e informações que posteriormente são disponibilizadas ao cidadão.

Para Celso Laice, a implementação do quadro da interoperabilidade vai permitir que sistemas que tenham sido desenvolvidos de forma isolada possam facilitar a troca de informação entre as várias instituições de forma mais eficiente.

Segundo o Secretário Permanente MCTESTP, o lema do III Conselho do INTIC relembra que a provisão de serviços através da rede GovNet, o estabelecimento dos CPRDs e a construção do Centro Nacional de Dados do Governo no Parque de Ciência e Tecnologia de Maluana, no distrito da Manhiça, província de Maputo, são exemplos claros das iniciativas que se associam aos esforços do Governo no fortalecimento dos alicerces da sociedade de conhecimento.

A criação da Rede Electrónica do Governo (GovNet) iniciou em 2004 na fase piloto, GovNet Pilot Phase, financiada pelo Governo da Itália e implementada pela Unidade Técnica de Implementação da Política de Informática (UTICT).

(In Jornal Notícias, 05.11.2015).

Ainda nesta edição

A partir do próximo ano o Windows 10 será uma instalação "recomendada"

Resenha de imprensa

Fique por dentro das notícias publicadas na imprensa sobre as comunicações

A partir do próximo ano o Windows 10 será uma instalação "recomendada"



Se ainda não tem a nova versão do Windows fique a saber que a Microsoft vai assumir uma postura mais 'agressiva' relativamente ao processo de actualização. Em 2016 o Windows 10 vai ser listado como um update "recomendado" - e quase obrigatório. Dependendo das configurações de cada PC, isso pode levar à instalação automática do software.

Em breve a Microsoft vai começar a listar o Windows 10 como uma "actualização opcional" através do Windows Update aos utilizadores que ainda estejam com as versões 7 ou 8.1. Mas a partir do próximo ano os utilizadores vão ser mais pressionados a fazerem a transição para o novo sistema operativo.

A actualização do Windows 10 vai ser classificada pela Microsoft como "update recomendado". Quer isto dizer que dependendo das definições de cada computador no Windows Update, alguns

podem proceder para uma migração automática para o novo sistema operativo.

A Microsoft garante que antes deste processo se iniciar que o utilizador será alertado sobre se quer ou não avançar para a actualização. Mas o anúncio

marca claramente uma mudança na postura da tecnológica relativamente às políticas de upgrade do seu software mais importante.

De certa forma o Windows 10 está a ser tratado como uma actualização de segurança de extrema importância, ou seja, não é de todo recomendado que os utilizadores ignorem essa actualização.

"Se tem uma conexão forte com o Windows 7 ou o Windows 8.1, então tem a possibilidade de desligar as actualizações automáticas. Desencorajamos fortemente esta opção neste mundo cada vez mais conectado por causa dos riscos constantes das ameaças provenientes da Internet", lê-se na publicação oficial da Microsoft.

Para se defender de possíveis críticas e instalações acidentais que possam acontecer, a tecnológica de Redmond salienta que nos primeiros 31 dias

após a actualização, os utilizadores podem voltar à versão anterior do Windows sem perderem dados ou programas.

Aliciar os utilizadores piratas do Windows

A Microsoft está ainda a promover uma nova funcionalidade que permitirá às cópias piratas do Windows - a empresa chama-lhe versões não genuínas - de em apenas um passo regularizarem a situação.

Esta ferramenta só vai estar disponível num primeiro momento nos EUA e é um teste experimental. Mas caso as taxas de conversão sejam positivas, a Microsoft admite alargar a iniciativa a mais países.

Aos utilizadores será mostrada uma janela que o convida a inserir um código genuíno do Windows ou então é-lhe sugerido um redireccionamento para a loja do sistema operativo, onde a licença oficial pode ser comprada.

A Microsoft quer ter o maior número possível de utilizadores no Windows 10 pois o sistema operativo representa a visão unificada de um software para vários dispositivos. Até ao momento 110 milhões de equipamentos já têm o novo software instalado.

(In <http://tek.sapo.pt>, 30.10.2015).